

## Cultura e educação

Alexandre BARBALHO<sup>1</sup>

Maria Helena CUNHA<sup>2</sup>

O presente dossiê discute as relações entre a cultura e a educação mediadas pela política ou, se quisermos situar de uma forma mais ampla, pelas disputas de poder. Assim, a noção de política cultural utilizada como articuladora dos artigos selecionados não se restringe ao seu aspecto institucional, ou seja, como um conjunto sistemático de programas e ações no campo cultural, implementada por alguma instituição, seja pública ou privada, visando metas e submetido a avaliações.

Nesse sentido, o conceito de política cultural nos possibilitaria um espaço reduzido de reflexão, com destaque para análises das relações (ou ausência delas) entre as políticas culturais e educacionais dos poderes públicos federal, estaduais e municipais. No caso brasileiro, sabemos que até 1985 havia apenas um ministério para as duas áreas, o Ministério da Educação e da Cultura (MEC), o que não significou, nos mais de trinta anos em que estiveram juntos, em políticas comuns.

Uma das exceções, que confirmam a regra, foi o projeto Integração, Cultura e Educação, resultado das experiências do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), e que foi executado pela Secretaria de Cultura do MEC entre 1981 e 1986 (nos últimos dois anos o projeto foi transferido para o recém criado Ministério da Cultura – MinC e ficou sob responsabilidade da Secretaria de Atividades Sócio-Culturais).

A intenção do projeto Integração era apoiar o trabalho educacional nas séries fundamentais para que ele “[...] se produzisse referenciado na dinâmica das culturas, reafirmando a pluralidade e a diversidade cultural brasileira” (BRANDÃO et al, 1996, p.11). Ora, o projeto pensado e executado nos momentos finais da ditadura militar aproxima-se muito do conceito de política cultural que operamos na montagem do dossiê. Referenciado nos Estudos Culturais,

---

<sup>1</sup> UECE – Universidade Estadual do Ceará - Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Sociedade. Fortaleza, CE – Brasil. CEP 60900-000. E-mail: alexandrebarbalho@hotmail.com

<sup>2</sup> Coordenadora Acadêmica do Curso de Pós-graduação em Gestão Cultural do Centro Universitário UNA em parceria com a Fundação Clóvis Salgado de Belo Horizonte/MG. Belo Horizonte, MG. – Brasil. CEP: 30.180-100. E-mail: lenacunha@inspirebr.com.br

entendemos aqui por política cultural toda interferência no campo cultural no sentido de disputas de sentidos e valores, ou seja, toda relação de poder simbólico envolvendo os mais diversos agentes culturais.

Por meio dessa perspectiva, a educação é um importante campo para as políticas culturais, pois é um espaço privilegiado de convivência a partir de diversas visões de mundo, da produção de crenças. Daí que, nas reformas curriculares, fala-se hoje a partir da lógica da política cultural (GIROUX, 2003) e, na escola, como lugar de disputas político-culturais (DAYRELL, 2006).

É com esse entendimento que o presente dossiê apresenta múltiplos olhares sobre a cultura e a educação.

O artigo **Cultura e educação nos espaços rurais: aprendizado e reflexão**, de J. Leal, A. Santos e R. Leal, tem como foco de discussão a cultura organizacional de uma escola rural no interior da Bahia. O trabalho de Bina, intitulado **Museus e comunidade: comunicação e educação**, retrata a educação não formal colocando-a como foco das ações museológicas em diversos espaços como no próprio museu, nas escolas ou em outros ambientes e a busca de interação com a comunidade, levando em consideração a preocupação pela democratização e popularização do patrimônio cultural.

Aldo Filho, em seu texto **Educação & Cultura contemporânea em face da episteme juvenil ou a rebeldia da beleza**, reflete sobre a educação contemporânea e sua relação com o universo em expansão da cultura e os desafios atuais da formação de crianças e de jovens diante das radicais mudanças das sociedades. Coelho e Padinha, no artigo **Formação de professores e conhecimento teórico-metodológico sobre racismo, preconceito e discriminação racial no Ensino Fundamental**, apresentam uma análise a respeito do conhecimento teórico-metodológico de professores, técnicos e gestores da educação básica sobre racismo, preconceito e discriminação racial, tendo como base de estudo o conteúdo de entrevistas semi-estruturadas realizadas com esses profissionais.

O ensaio **Escrita e codificação política na construção da realidade indígena contemporânea: interculturalidade e intertextualidade**, escrito por Silva e Bordas, tem como objeto de investigação as proposições textuais legislativas e conceituais para educação escolar indígena, a partir da perspectiva política e econômica na sua realidade contemporânea em relação aos processos de globalização materialista e ideológica dos modos de disponibilização,

circulação, acessibilidade e informação da vida indígena fora das aldeias e da vida não-indígena no interior das aldeias.

Em seguida, temos o artigo de Costa, **Panorama da graduação em organização da cultura no Brasil**, que evidencia a relação da formação em organização da cultura no Brasil sob a perspectiva do ensino superior, com um foco especial aos cursos de graduação plena. Por fim, **Formação do profissional de cultura: desafios e perspectivas**, onde Cunha discute a formação profissional no campo da cultura, considerando como eixo de análise a relação estabelecida entre cultura/educação.

### **Referências**

BRANDÃO, C. R. et al. **O difícil espelho: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e de educação**. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

DAYRELL, J. (Org). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

GIROUX, H. **Atos impuros: a prática política dos estudos culturais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.